

Democracia em Demasia?

Afixado por luis ricardo - 29/10/06 18:10

â€œNinguÃ©m pode ver nem compreender nos outros o que ele prÃ³prio nÃ£o tiver vividoâ€. Dando aval a esta afirmaÃ§Ã£o Hermann Hesse, nÃ£o me parece que a soluÃ§Ã£o seja dada por investigadores fora da escola nem por ministros que nunca leccionaram nos nÃ©veis sobre os quais recaem os seus normativos. Nesta sequÃªncia, quem terÃ¡ autoridade moral para â€œfalarâ€ sÃ£o os que â€œvivem lÃ¡ dentroâ€.

Uma das evidÃªncias de que a democracia nÃ£o estÃ¡ a vingar nas escolas Ã© a emergÃªncia das privadas onde os seus directores, ou patrÃ£es/chefes numa perspectiva Taylorista como alguns dizem ser a soluÃ§Ã£o nomeadamente Planchard (1974) e Bottery (1993) ambos citados por Costa (1996), tambÃ©m nÃ£o possuem qualquer formaÃ§Ã£o na Ã¡rea de gestÃ£o e/ou pedagÃ³gica, mas conseguem obter o sucesso invejado pelas pÃºblicas. Muitas nem sequer possuem qualquer projecto educativo ou ideolÃ³gico de escola (PEE) como â€œtodosâ€ asseguram ser fundamental apoiados em frases â€œromÃ¢nticasâ€ â€ Ã boa maneira das crÃ¡ticas de Crato (2006) â€ do gÃ©nero: â€œum barco sem rumo tem um sentido da correnteâ€ acrescentando-se que â€œnÃ£o hÃ¡ ventos favorÃ¡veis para os que nÃ£o sabem para onde vÃ£oâ€. Parece este respeito, que o PEE sÃ³ terÃ¡ cabimento em escolas privadas onde, aÃ— sim, os valores (religiosos, polÃ©ticos,...) poderÃ£o ser outros. Nas pÃºblicas, um folheto apresentativo dos recursos e das ofertas de cada uma, baseado no seu potencial e nos seus constrangimentos, parece-me suficiente, nÃ£o devendo ser confundido, exageradamente e pomposamente, com um PEE.

Outras das inconsistÃªncias da democracia Ã© nÃ£o chegarmos a saber a posiÃ§Ã£o que o nosso representante, eleito democraticamente num Ã³rgÃ£o hierarquicamente inferior, irÃ¡ ter no Ã³rgÃ£o hierarquicamente superior, no caso dos votos secretos. SerÃ¡ que esse representante se direccionou segundo a decisÃ£o dos membros do Ã³rgÃ£o inferior a que tambÃ©m pertence? Ã‰ que as eleiÃ§Ãµes nÃ£o garantem a escolha do melhor, mas, numa primeira e rÃ¡pida anÃ¡lise, podem garantir o mais disponÃ¡vel, o mais ambicioso, ou o mais polÃ©tico. Nas escolas obrigam-nos a participar (ou fazer parte) em tomadas de decisÃ£o quando nÃ£o estamos formados/preparados para o fazer, e, muitas vezes, nem conhecemos as competÃªncias do Ã³rgÃ£o onde estamos inseridos ou mesmo a maneira correcta de cumprir com as nossas obrigaÃ§Ãµes. Esta forma de participaÃ§Ã£o torna-se mais incompreensÃ¡vel quando se proÃ—be a abstenÃ§Ã£o no caso dos Ã³rgÃ³es consultivos (CPA art.º 23) como por exemplo o conselho de turma. Acontece mesmo, um professor poder ser obrigado a votar a alteraÃ§Ã£o de uma classificaÃ§Ã£o de um determinado aluno, quando esse aluno nÃ£o faz parte dos inscritos da sua disciplina. Ou seja, nem sequer o conhece. Existe tambÃ©m a falta de humildade de reconhecermos as nossas falhas em determinados assuntos, fazendo com que muitas vezes nem sequer ouÃ—samos os verdadeiros especialistas que, com certeza, existem em todas as escolas dada a diversidade de formaÃ§Ã£o acadÃ©mica dos professores.

Nas organizaÃ§Ãµes, como a escola, que necessitam de decisÃµes na hora, muito prÃ³ximas de organizaÃ§Ãµes anÃ¡rquicas, com inÃ³meras situaÃ§Ãµes imprevisÃ¡veis, tal como Ã© acentuado por BrandÃ£o (1999), nÃ£o se compadecem com reuniÃµes numa lÃ³gica de procura de consensos arrastando processos que deveriam ser resolvidos no momento. DaÃ—, muitas vezes, o professor â€œengolir saposâ€ em vez de avanÃ§ar com um processo disciplinar que sÃ³ lhe traria mais horas de martÃ—rio em reuniÃµes mal dirigidas, manifestamente por falta de formaÃ§Ã£o, onde tambÃ©m se arriscaria que lhe fosse marcada numa hora que, legitimamente, jÃ¡ tinha ocupada para um compromisso particular, mas, tambÃ©m legitimamente, marcada ao jeito do convocador. NÃ³voa (1990) diz que â€œO corpo docente Ã© muito mais heterogÃ©neo do que poderÃ¡mos suporâ€. EntÃ£o, o empowerment, no sentido de proporcionar poder, informaÃ§Ã£o e conhecimento em tomadas de decisÃ£o com lideranÃ§as rotativas (Cunha e Rego, 2005), nÃ£o serÃ¡ de todo aconselhado na escola, pois, sÃ³ se compreenderÃ¡ num grupo homogÃ©neo. Jesus (1996) tambÃ©m aponta nesse sentido e Ouchi (1992) diz mesmo que â€œsem formaÃ§Ã£o, o convite Ã participacÃ£o nas tomadas de decisÃ£o sÃ³ arrastarÃ¡ consigo frustraÃ§Ã£o e conflito colegialidade dos Ã³rgÃ³es teria, assim, de ser circunscrita uma vez que sÃ³ terÃ¡ sentido em assembleias homogÃ©neas no que respeita ao conhecimento dos assuntos e ao modo como devem ser tratados. Parece-me, entÃ£o, que os cargos de direcÃ§Ã£o deveriam ser sujeitos a concurso pÃºblico dentro da classe docente (uma vez que nÃ£o Ã© possÃ¡vel separar a vertente pedagÃ³gica das restantes funÃ§Ãµes, tal como Ã© referido por vÃ¡rios autores) e onde a formaÃ§Ã£o em ciÃªncias da educaÃ§Ã£o, administraÃ§Ã£o escolar e psicossociologia das organizaÃ§Ãµes teria de ser preponderante nessa escolha. NÃ£o se compreende que o estado invista em cursos superiores, abrangendo estas Ã¡reas, ignorando depois os seus diplomados. Nos cargos intermÃ©dios tambÃ©m os elegÃ¡veis teriam de ser delimitados com base na sua formaÃ§Ã£o especÃ­fica para essas funÃ§Ãµes, assumindo-se a responsabilizaÃ§Ã£o total atravÃ©s da obrigatÃ³ria prestaÃ§Ã£o de contas no final de cada mandato. Com o actual sistema de colegialidade dos Ã³rgÃ³es, sÃ³ se diluem responsabilidades provocando as conhecidas e infÃ©veis reuniÃµes massacrantes.

Paradoxalmente, a democracia necessita de um conceito que todos abominamos, que normalmente contestamos em qualquer discurso, mas que inevitavelmente necessitamos para tornar a democracia racional. Refiro-me Ã burocracia.

=====